



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

PROJETO MOTYRUM URBANO: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Daniel Souza Lins (UFRN) - danslinsif@gmail.com

Graduando em Direito pela UFRN. Técnico em Controle Ambiental pelo IFRN.

Arthur Morais Rodrigues Cavalcanti Alves (UFRN) - arthurmrcalves@hotmail.com

Graduando em Direito pela UFRN. Técnico em Mineração pelo IFRN.

Júlia Cláudia de Araújo Cadó (UFRN) - juliaclaudia.cado@gmail.com

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Técnica em Edificações pelo IFRN.

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (UFRN) - dulce.bentes@ufrn.br

Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN).

PROJETO MOTYRUM URBANO: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre universidade e sociedade, a partir da experiência de extensão universitária representada pelo Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos – Núcleo Urbano, ou “Motyrum Urbano”, considerando principalmente o contexto da Pandemia de COVID-19. Esta é uma ação integrante de um conjunto de projetos de extensão que atuam em regime de colaboração que, por sua vez, tiveram origem comum baseada no Projeto Lições de Cidadania criado em 2005 no âmbito do Departamento de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Projeto Motyrum Urbano passou a ser coordenado também pelo Departamento de Arquitetura da UFRN em 2015, aprofundando a perspectiva do Direito Urbanístico e suas concepções sobre o Direito à Cidade. A atuação do Motyrum Urbano sempre se fundou na inserção dos seus membros em comunidades em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, instaurando elos e relações de confiança como meio de estabelecer uma situação relacional dialógica, assim como é desenvolvido com os moradores da Comunidade do Jacó, onde o projeto está inserido desde 2016.

Dentro do universo do Direito, o Direito à Cidade se constitui objeto de um amplo debate no campo do desenvolvimento urbano e social a nível mundial e nacional, tendo importante desdobramento no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), que, de forma inovadora, trouxe ao Direito Brasileiro, o direito a cidades sustentáveis, compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações”. As concepções desenvolvidas pelo movimento social no campo da Reforma Urbana, refere o Direito à Cidade como uma ética urbana fundamentada na justiça social e na cidadania. Nessa perspectiva, o projeto Motyrum Urbano desenvolve ações de educação popular, objetivando o desenvolvimento de um processo dialógico, articulando ensino, pesquisa e extensão.

MARCOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO MOTYRUM URBANO

Considerando a questão urbana e habitacional brasileira, o projeto Motyrum Urbano considera estruturantes os princípios da função social da cidade, função socioambiental da propriedade e a gestão democrática. Nesse sentido, destacam-se estudos desenvolvidos por autores como Edésio Fernandes (2010), Ermínia Maricato (2000), Raquel Rolnik (1997), entre outros autores no campo do Direito Urbanístico.

No âmbito da educação popular, o projeto coloca as noções de emancipação e formação para a cidadania desenvolvida por Paulo Freire. Dessa maneira, os procedimentos metodológicos se pautam principalmente pela escuta da comunidade e pela construção de um trabalho coletivo envolvendo os

diversos segmentos sociais, notadamente universidade, comunidade e gestão pública. Assim, são realizadas oficinas e rodas de conversa sobre problemas correntes na comunidade, com formulação de alternativas para seu enfrentamento.

O projeto Motyrum Urbano se inscreve como uma atividade de extensão da UFRN, vinculado ao Departamento de Arquitetura. Essa condição responde às exigências de registro e realização da atividade extensionista no âmbito institucional.

Na perspectiva de uma gestão horizontal, o projeto Motyrum procura superar os processos hierárquicos que se verificam na institucionalidade. Consonante com o pensamento de Paulo Freire (1985), concebe que todo processo de ensino precisa ser libertador e a prática extensionista nega isso quando assume uma hierarquia entre quem detém o conhecimento e quem necessita dele. Assim, o Motyrum Urbano se entende como um grupo de comunicação, entendendo que o trabalho que desenvolve junto às comunidades, sobretudo a do Jacó, é de diálogo e de construção de um ambiente de aprendizado coletivo.

Nesse sentido, o autor afirma que “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de interlocutores que buscam significação dos significados” (FREIRE, 1985). Portanto, o projeto entende que a base de sua ação precisa ser o encontro entre todos os interlocutores a fim de que a troca possa ser exitosa.

Outra referência importante para o Projeto Motyrum Urbano é o histórico manifesto de Córdoba veiculado no dia 21 de junho de 1918, a partir do qual destacam-se os principais pontos requeridos pela juventude argentina no início do século XX. Dentre os pontos abordados, o que se fez mais presente foi a crítica ao modelo de Universidade vigente na época e como ele influenciava negativamente o ensino, tornando-o elitista, autoritário e desvinculado da realidade.

Essa insatisfação pode ser observada de forma nítida no seguinte trecho do Manifesto: “Nosso regime universitário - mesmo o mais recente - é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direito divino; o direito divino do professorado universitário. Acredita em si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica [...]” (MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918). Logo, a partir do fragmento, fica evidente que a educação universitária na qual estava inserido o manifesto baseava-se em uma transmissão de conteúdo, excluindo o debate de ideias e a comunicação com a sociedade.

Dessa forma, esse Manifesto e todo o pensamento emancipador que gerou, constituem uma importante referência para o Motyrum Urbano, que reitera a consagração da função social da universidade, com a inserção do grupo na Comunidade do Jacó, atuando como mediador na troca de conhecimentos produzidos na academia e na vida cotidiana.

Outra referência conceitual é a definição de extensão universitária discutida no Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária ocorrido em 1987, que a concebe como um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Esse é um marco

importante para a educação nacional, instituindo novos rumos que impulsionaram - e impulsionam - a extensão no país. (ANDRADE et al, 2019)

Desse modo, entende-se, atualmente, a extensão como uma ação transversal de atuação do conhecimento que atinge toda sociedade por meio de diferentes atores. Em tal perspectiva, a extensão universitária precisa atuar com o papel político, social e cultural, visando proporcionar a interação da universidade com aqueles que estão fora de seus muros.

Contudo, considerando que as universidades são espaços complexos e de diversidade de pensamentos e ideias, é fundamental que o debate sobre a extensão enfrente as ideias neoliberais que interferem nos valores de responsabilidade social da extensão, trazidos pela Reforma de Córdoba. Logo, a extensão universitária atual enfrenta um processo de expansão e de resistência (RESENDE; LOURDES, 2020), tal movimento pode ser observado nas atuais discussões sobre a curricularização da extensão.

a Curricularização da Extensão propiciará uma formação integrada com o Ensino e a Pesquisa reafirmando a Extensão Universitária como uma ferramenta transformadora que materializa o compromisso ético e solidário da Universidade pública brasileira (ANDRADE; MOROSINI; WIEBUSCH, 2019)

Mostrando que apesar das atividades extensionistas já serem tratadas como componentes curriculares propostos no Plano Nacional da Educação-PNE (Lei 13.005/2014), ainda existe uma necessidade muito grande de aprofundamento do referido debate para ampliação desse campo de atuação.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PERÍODO DA PANDEMIA

A pandemia de COVID-19 se mostrou um enorme desafio às atividades de extensão, contudo esse foi, e continua sendo, um período em que as universidades reafirmaram a relevância dos seus trabalhos. Nesse contexto, o problema de saúde pública imposto à sociedade se desenvolveu em outras adversidades que carecem de soluções para além do campo sanitário.

Diante do desenrolar de tais fatos, emergiu a necessidade das diferentes áreas do conhecimento empregarem seus projetos no combate às mazelas produzidas pela pandemia. Assim, os projetos de extensão universitária contribuíram desde a produção e distribuição de ventiladores pulmonares, *faceshields*, álcool 70%, protetores faciais, até o desenvolvimento de aplicativos que registrassem aglomerações (DINIZ et al, 2020). Mais adiante, no âmbito social, formulou-se medidas de conscientização das populações indígenas sobre a pandemia, apoio psicológico à população e acompanhamento de atividades físicas de idosos (MOUTINHO, 2021).

Na perspectiva local do Rio Grande do Norte, presenciou-se uma intensa atividade nos projetos extensionistas das Universidades por meio de editais de fomento para ações contra a pandemia, como o “Edital Simplificado de Fluxo Contínuo – Ações Imediatas 2020” da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, os governos regionais firmaram inúmeras parcerias com as instituições de ensino, visando a busca de melhores soluções para o enfrentamento da crise sanitária. Um exemplo dessa cooperação pode ser visto na atuação conjunta da UERN e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido

com a secretaria de saúde de Mossoró (SILVA et al, 2020), e nas atividades proporcionadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em conjunto com o Governo do Estado, principalmente na figura do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) (ALMEIDA et al, 2020).

Ademais, cabe destacar, também, o Dossiê Nacional desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana. O Projeto Motyrum Urbano foi um dos vários colaboradores na elaboração do Dossiê na perspectiva do Monitoramento de violações de Direitos Humanos na Região Metropolitana de Natal, que teve como objetivo apresentar os dados do processo de monitoramento à violação de direitos humanos de grupos e territórios em situação de vulnerabilidade no contexto da pandemia da Covid-19 no Rio Grande do Norte.

Logo, evidencia-se que os projetos de extensão universitária, na presença das condições impostas pelo COVID-19, integraram e adaptaram o que já havia sido feito ao longo dos anos às novas demandas existentes, proporcionando soluções à sociedade.

A RELAÇÃO DO PROJETO COM A SOCIEDADE

Nutrido pelo arcabouço teórico-pedagógico freiriano da Educação Popular e pelos princípios da função social da cidade, função socioambiental da propriedade e a gestão democrática, o projeto Motyrum Urbano busca realizar atividades na comunidade através da inserção no contexto local, criação de laços e vínculos, escuta e compreensão das problemáticas enfrentadas. É a partir daí se dispõe a resolvê-las em conjunto com os moradores, nunca em posição de liderança, mas sim em regime de colaboração e aprendizado. Durante esse processo, a prática demanda múltiplos olhares sobre os diferentes contextos e sujeitos, por esses motivos o projeto assumiu o carácter da multi/transdisciplinaridade.

No espectro físico, a educação popular desenvolvida na Comunidade do Jacó se reflete na recuperação e restauração de terrenos, muros e vias de acesso. No âmbito do processo de ensino-aprendizagem, o Projeto Motyrum Urbano proporciona a interdisciplinaridade aos cursos envolvidos (Arquitetura e Urbanismo, Direito, Ecologia, Psicologia, outros), bem como a possibilidade de compartilhar conhecimentos que possam qualificar as áreas do saber acadêmico, através de um processo de interação com o saber popular, especialmente da comunidade envolvida. Por fim, o projeto conduz o aprofundamento teórico e a produção de material acadêmico sobre os temas que norteiam as ações.

A realização do Projeto Motyrum Urbano também se coloca no sentido de estimular seus participantes, estudantes, professores, moradores da comunidade e técnicos do setor público a contribuir com ações concretas de implementação de direitos humanos no campo da efetivação do Direito à Cidade, contribuindo para uma formação acadêmica crítica, humanista e comprometida com a efetivação dos direitos humanos.

A COMUNIDADE DO JACÓ

O universo principal de atuação do Projeto Motyrum Urbano é a Comunidade do Jacó, um assentamento de origem informal localizado no bairro das Rocas, município de Natal/RN, Região Administrativa Leste, situado em uma superfície de encosta urbana definida pelo Novo Código Florestal de 2012 como “APP - Área de Preservação Permanente”. Também é classificada como uma AEIS – Área Especial de Interesse Social, do Tipo 1 – “Favela”, pelo Plano Diretor do município (não regulamentada). Ocupa uma área de aproximadamente 12.000 m², onde residem cerca de 100 famílias, reunindo aproximadamente 300 pessoas, num quantitativo em torno de 75 residências.

Figura 1: Localização da Comunidade do Jacó.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

De acordo com os moradores, os primeiros sinais de formação do assentamento datam de 1960 e as primeiras construções, em 1978. No entanto, foi a partir do despejo de material residual da construção civil nos terrenos vazios da comunidade que o crescimento da comunidade teve impulso, uma vez que os moradores usufruíram desse resíduo como matéria prima para a edificação de suas casas.

A comunidade é cercada por uma encosta e outros 5 empreendimentos urbanos distintos: subestação de energia elétrica da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSENER), 1993; a Rua Miramar (prolongamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto), 1999; o Condomínio Residencial Ribeira II, 2001; o muramento de um terreno baldio no centro da comunidade, 2006; e o Residencial Therraza, 2013.

Os muros dos empreendimentos supracitados delimitam a área do Jacó. Embora sejam elementos bem comuns na paisagem urbana, os muros no Jacó são desproporcionais, invisibilizam não só fisicamente, mas também simbolicamente. Internamente existe caminho entre as casas da Comunidade, mas não há ligação direta com o exterior, com a rua e com a calçada - é preciso andar uma rua deserta ou subir escadas. Se o acesso de dentro para fora é permeado por barreiras, então o contrário é verdadeiro, o que se observa em função de serem poucas as ações externas que chegam até o local.

O *modus operandi* da construção desses muros desconsiderou a Comunidade do Jacó como parte real da cidade, como sujeitos de direitos dentro

da política urbana, como se a presença deles ali sequer fosse informal, mas sim totalmente ilegal - ou pior, inexistente.

TRAJETÓRIAS DO MOTYRUM UBANO NA COMUNIDADE

O projeto iniciou as atividades na comunidade a partir da notícia do desmoronamento de parte da encosta comprometida pelas chuvas, em 2014. Porém, apenas em 2016 houve uma aproximação maior do grupo com a área e com alguns moradores, no que se refere à intensificação dos problemas relativos à situação de insegurança física e jurídica das moradias. Em 2017, as atividades na Comunidade do Jacó se intensificaram, principalmente pela busca de soluções para os acessos, cujas estruturas se encontravam bastante degradadas, evidenciando riscos de acidentes, em particular para anciãos, crianças e pessoas com deficiência.

A recuperação de uma das três escadarias de conexão da comunidade com o entorno foi a ação que efetivamente possibilitou avançar no envolvimento do lugar nas lutas coletivas. O êxito da execução daquela ação, com destaque para o maior envolvimento da comunidade, se constituiu em uma forte motivação para a continuidade da atuação do Projeto Motyrum Urbano, em 2018, ano em que a comunidade sinalizou o interesse em recuperar um terreno vazio, resultante da demolição de uma casa pelo poder público municipal, sob a justificativa da evidência de risco.

Para além das atividades de educação popular, o projeto cumpriu também o papel de assessoria técnica conforme fosse demandado pelos desafios da comunidade, desde reformas de espaço coletivo da comunidade até a ameaça de remoção por parte da municipalidade.

O referido projeto é anualmente renovado, desde 2016, com objetivo de manter a continuidade das ações pedagógicas e segurança jurídica da comunidade, respeitando o regulamento da Resolução nº 53, de 15 de abril de 2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN e, recentemente, os objetivos gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN (PDI/UFRN 2020-2029), que estimulam a busca pela formação cidadã fundamentada na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade, no diálogo com a sociedade e na interligação entre ensino, pesquisa e extensão.

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICO DA COMUNIDADE DO JACÓ

Inserido na comunidade desde 2016, numa dinâmica marcada por rodas de conversa, o projeto realizou diversas atividades que foram cruciais para a criação e manutenção de vínculos e confiança e pôde intervir, em conjunto da comunidade, em favor da defesa de direitos e em prol do bem comunitário.

A atividade que marca a inserção e o crescimento dos vínculos de confiança entre o projeto e a comunidade foi iniciada no final do ano de 2016, quando se identificou que o acesso mais utilizado pelos moradores, uma escadaria construída por eles mesmos, se encontrava degradada e era urgente uma reforma. O piso era irregular, construído com madeira e terra, não havia iluminação e eram muito frequentes quedas e acidentes.

Para a concretização da reforma, encarou-se um longo processo político, jurídico e urbanístico. Cada procedimento foi chancelado e legitimado pela

comunidade, por meio de assinaturas, reuniões e participação na execução da obra. Nesse momento, foi essencial a parceria do Motyrum Urbano com outros projetos de extensão da mesma Universidade, “Escritório Piloto de Engenharia Civil” (EPEC) e “Atelier de Projetos de Arquitetura e Urbanismo” (APAU), para regulamentação, orçamento e execução da escadaria. Inclusive, foram propostos à comunidade a construção de uma rampa ou a simples reforma da escadaria e por meio de coleta de assinaturas por uma representante da comunidade, optou-se pela escadaria.

Figura 2: Execução do Projeto da Escada do Jacó.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A captação de recursos foi feita por meio de doações em uma plataforma de financiamento coletivo. Tais recursos foram utilizados não somente para o pagamento dos materiais, mas também dos trabalhadores, mesmo eles sendo moradores da comunidade que se beneficiaram com a obra. Com a contratação do serviço, evitou-se cair em armadilhas do contexto da construção comunitária, como a imposição de uma dupla jornada de trabalho.

A obra foi devidamente registrada, porém só foi autorizada mediante recurso. O provimento foi primeiramente negado sob justificativa de que não estava adequada com os padrões de acessibilidade, requisitando a apresentação de uma alternativa com um elevador no local.

Assim como foi argumentado no recurso interposto em face à negativa de provimento da obra, o fato do local ser apontado no Plano Diretor de Natal como AEIS, resulta em uma aplicação de regras de uso e ocupação do solo específicas, não sendo necessário atender às mesmas normas de acessibilidade de outros empreendimentos urbanos, além de haver em outro ponto da comunidade um acesso plano que pode ser utilizado por cadeirantes. Com isso, foi dado provimento e a obra foi realizada.

Sob outro giro, na comunidade do Jacó havia um terreno inutilizado após a demolição por parte do poder público, que costumava ser repleto de resíduos

sólidos. Durante as reuniões, apresentou-se a demanda para ressignificá-lo, a fim de que ele se tornasse um lugar onde seria possível a convivência e a utilização como lavanderia.

Com o apoio do Motyrum Urbano e do Museu de Memória Afetiva de Cidade de Natal (MMAC), os moradores da comunidade se uniram para requalificar o espaço, construindo assim a praça do Jacó. Na ação de requalificação do espaço houve a plantação de mudas, remoção de resíduos e pintura de paredes, formando um local extremamente agradável onde hoje os moradores podem usufruir como um espaço público.

Figura 3: Projeto e execução da Praça do Jacó.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A requalificação do espaço comunitário fez intensificar o entendimento dos moradores e dos integrantes do Projeto Motyrum sobre a importância da união e do trabalho conjunto a fim de concretizar os objetivos da comunidade.

OS MUROS E O JACÓ

No ano de 2018, o Motyrum Urbano, em parceria com o MMAC, realizou trabalho relativo à memória afetiva e o espaço, no qual resultou um documentário de 15 minutos, intitulado “ENTRE MUROS: VIDA ESCONDIDA NA COMUNIDADE DO JACÓ” (<https://youtu.be/YG6vLXS72zk>). Utilizando-se de um mapa do local como objeto gerador de interesse, curiosidade e interlocução, contou com a participação de quatro das moradoras mais antigas da comunidade.

Algumas perguntas foram previamente planejadas pelos alunos extensionistas, mas conforme a conversa foi fluindo, foi se dando espaço para as mulheres falarem com naturalidade sobre suas impressões a respeito da vida no Jacó. O vídeo gerado nesta ação tem 15 minutos, que, por sua vez, se divide em três grandes temas de perguntas: a chegada delas ao Jacó; as construções dos muros e questões político-territoriais. A coleta da história oral da comunidade

em vídeo se mostrou não só uma oportunidade de registrar a história do lugar, mas também contribuindo para outras pesquisas sobre o Jacó, estando o vídeo disponível na internet.

Figura 4: História oral e percepções sobre os muros do Jacó.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A narrativa é guiada a partir de como a construção e crescimento da comunidade foram alicerçados pelo fato de, no passado, construtoras e empreiteiras utilizarem áreas vazias na comunidade para despejo de material de construção. Tal despejo foi utilizado para erguer diversas casas da comunidade. Entre os moradores estão filhos, netos e até bisnetos das moradoras, que conforme foram formando suas próprias famílias, foram se fixando e ocupando os terrenos vagos na vizinhança. Isso mostra como elas foram importantes para o estabelecimento do que é a comunidade hoje, também revela vínculos afetivos importantes para a consolidação do assentamento, do vínculo de pertencimento e, em especial, de sociabilidade comunitária, um aspecto que viabiliza a coesão e rotinas de convivência.

Há também, no documentário, o diálogo sobre a relação dos moradores com os muros que os escondem do resto da cidade e com a feitura das obras, tendo em vista que a condição entre muros da comunidade nos intrigava bastante a cada visita como extensionistas do projeto. Essa segregação física é simbólica no que concerne a relação política deles com o resto do bairro. Ao incluir esse bloco de questões na peça audiovisual, procurou-se não só identificar como elas enxergavam a comunidade no contexto do bairro, mas também vislumbrar o reconhecimento comunitário relativo à condição de interesse social.

A partir de tais relatos, ficou claro que os muros que envolvem a comunidade sempre foram uma questão negativa e central na vida dos moradores do Jacó, estando isto registrado em fala das crianças, adultos e idosos da comunidade. A sensação de emparedamento é mostrada através de fotos antigas de como estava organizado aquele espaço antes dos

empreendimentos imobiliários e públicos que literalmente emparedam a comunidade com muros altos e contínuos.

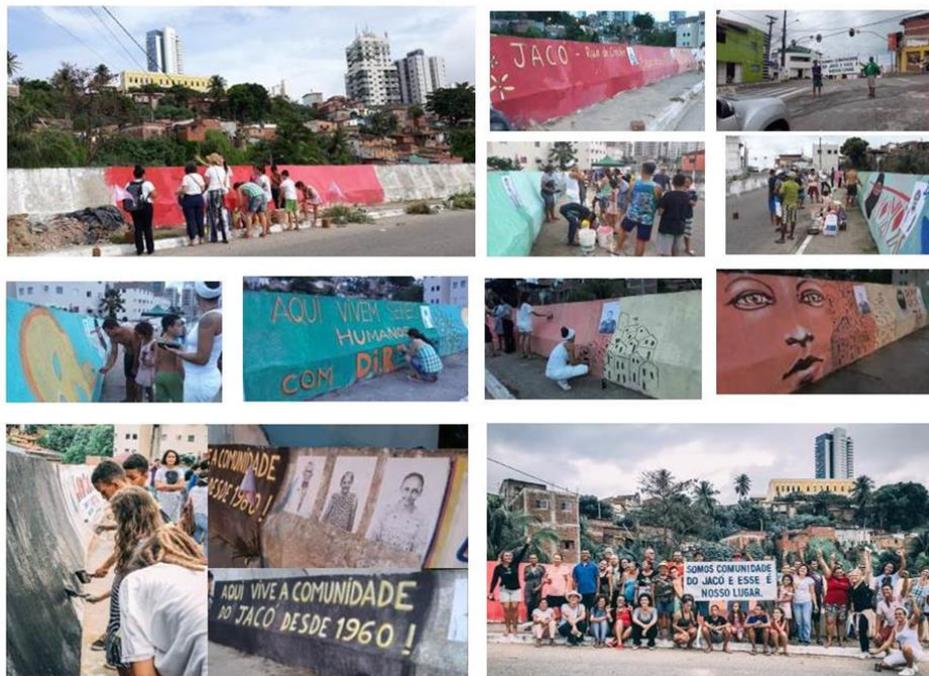
A partir disso, já em um contexto emancipatório e de consciência dos seus direitos, a comunidade se organizou junto projeto Motyrum Urbano e o MMAC, para criar uma ação que sensibilizasse as pessoas que cotidianamente passam por aqueles muros e não se dão conta da diversidade de vidas que habitam por trás.

A ação foi responsável por ratificar o pertencimento dos moradores à comunidade e da comunidade ao espaço. O muro (a princípio erguido para invisibilizar) foi ressignificado, agora servindo para chamar a atenção da população geral para as vidas existentes no Jacó. Como diz a frase da faixa exposta no dia da ação: “Somos Comunidade do Jacó e esse é nosso lugar”.

Para além da faixa, a comunidade, que está inserida em um contexto de gentrificação e exclusão significativa na vizinhança, pôde não só expor sua existência pela coloração dos muros que a cercam, como também, puderam dar voz a muitos dos moradores que ali residem, com caixas de som postas e depoimentos dados, que encheram as ruas com voz de resistência, chamando a atenção não só daqueles que pertencem ao bairro, mas também daqueles que passavam em seus carros. A ação teve como resultado a manifestação de uma comunidade invisibilizada, servindo como *outdoor* para demonstrar suas insatisfações e existência.

A ação ocorreu no dia 13 de abril de 2019, como um evento aberto, em frente à comunidade do Jacó. Parte da rua foi fechada, e as pessoas que passavam podiam ver a arte sendo grafitada no muro e as faixas que se encontravam expostas, além de ouvir as falas dos moradores, amplificadas por uma estrutura de som.

Figura 5: Memória e Arte Urbana - Grafite no muro do Jacó.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A valorização das ações comunitárias como essa, visam unir a coletividade em torno de uma causa que fortaleça o espírito comunitário, dê visibilidade para uma causa, mobilize e sensibilize outras pessoas, qualifique espaços urbanos anteriormente degradados e devolva em algum nível a autoestima dos moradores. Essas atividades são realizadas a partir do interesse dos moradores que participam das ações e são formas de complementar as estratégias de trabalho do Motyrum.

A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DO JACÓ

Em dezembro de 2018, foi iniciado um conflito territorial entre o poder público municipal e a Comunidade do Jacó. A ameaça de remoção dos moradores de suas próprias casas começou a ser ventilada a partir do momento que a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), diga-se de passagem, o órgão municipal responsável pela Política Municipal de Habitação, apresentou aos moradores um projeto de reassentamento de 50 famílias para um condomínio vinculado ao programa de habitação Federal “Minha Casa, Minha Vida”, nomeado Village de Prata, localizado em um bairro distante de onde é localizada a Comunidade do Jacó.

Entretanto, nesse contexto, cabe destacar que a comunidade é devidamente reconhecida pelo Plano Diretor de Natal como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS). Dessa forma, assim como é descrito no Plano Diretor, a comunidade do Jacó é uma área “destinada à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, 2007).

Em meio ao processo de tentativa de remoção dos moradores, o Projeto Motyrum Urbano assumiu um papel de assessoria técnica jurídica e urbanística em favor dos moradores sob a perspectiva do Direito à Cidade, mediando e acompanhando o diálogo nas reuniões e organizando encontros na própria comunidade, a fim de esclarecer informações e mostrar os direitos dos moradores, além de revisar documentos.

Assim, os moradores a partir da articulação com diversos atores como Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros, conseguiram permanecer no próprio bairro. A partir de um acordo com a municipalidade que garante aos moradores um aluguel social, que permite a continuidade dos vínculos socioambientais, e das atividades cotidianas, como o acesso à escola, serviços básicos de saúde, trabalho e lazer.

Com base nas vivências coletivas em outros espaços comunitários organizados, os moradores começaram a refletir que sem organização torna-se mais difícil enfrentar os processos de tentativas de remoção por parte da municipalidade. Foi então que começou a surgir em reuniões e rodas de conversa com o grupo Motyrum Urbano, diálogos sobre a possibilidade de formar uma associação de moradores.

Enfatizando-se sempre, que a existência de um associativismo institucionalizado torna o processo de resistência a possíveis investidas para remoção, mais complexo. No qual a figura de uma associação, representando a voz de todos os moradores afetados, mostra-se como um instrumento para diálogo necessário e para discussões formais com o governo. No entanto, apesar

da comunidade apresentar uma certa organização, o plano para formar uma associação de moradores não foi, ainda, devidamente aperfeiçoado por questões internas da comunidade.

NADA SOBRE A COMUNIDADE, SEM A COMUNIDADE: FORMAÇÃO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE NATAL

O Motyrum Urbano realizou uma série de oficinas formativas na comunidade sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Natal, um exercício para que os moradores pudessem entender a importância da participação democrática, e se enxergassem neste cenário de linguagem técnica e decisões, como agentes ativos do processo, sendo a voz do território onde vivem dentro dos espaços e processos participativos de revisão do Plano Diretor de Natal. Todo esforço do grupo foi no sentido de que os sujeitos entendessem a condição de proteção em que eles vivem, já que estão em uma AEIS, categoria de proteção socioespacial que assegura uma série de políticas voltadas para o perfil socioeconômico dos habitantes da localidade, pautadas em tratados e agendas urbanas internacionais e locais.

Ressalta-se que a comunidade enfrentou fortes limitações para participar do processo de revisão do Plano Diretor, devido aos horários dos grupos de trabalhos, oficinas e audiências públicas, que foram realizados nos turnos da manhã ou da tarde, quando a grande maioria dos moradores se encontravam nos seus locais de trabalho. Mesmo assim, observou-se um esforço significativo por parte de representantes da comunidade para participar desse processo, que ainda está em andamento. Isso foi importante para que aprofundassem o conhecimento sobre a importância de se constituírem como AEIS e percebessem a maneira como os agentes econômicos têm agido para desconstruir mecanismos de proteção do Direito à Moradia garantido por lei.

Assim como bem assinala Raquel Rolnik (1997), as AEIS representam um instrumento que há muito tempo causa aversão e preocupação às elites. Desse modo, o Motyrum Urbano esforçou-se para a inclusão participativa dos moradores da Comunidade do Jacó no processo de revisão do Plano Diretor de Natal.

Figura 6: A Comunidade do Jacó na discussão de revisão do plano Diretor de Natal, 2019.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano; Joaquim Neto (2019).

Para a comunidade do Jacó, o processo dialógico, em determinadas atividades da revisão do Plano Diretor de Natal, aconteceu. Essas trocas de

saberes vivenciadas pelos moradores da comunidade foram importantes para compreensão das tramas dos diferentes segmentos e interesses espaciais e econômicos da cidade.

Além disso, foi de extrema importância os moradores da comunidade terem passado pela experiência dos processos participativos (institucionalizados ou não), pois, na maioria das vezes, esses espaços são esvaziados de participação popular. Portanto, entende-se que as trocas de saberes e atividades realizadas com a rede de apoio e em conjunto com a Comunidade do Jacó são um importante indicador da efetividade das atividades realizadas pelo projeto.

AÇÕES PRIORITÁRIAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA COMUNIDADE

O Motyrum Urbano também desenvolve ações junto às crianças da comunidade por meio de atividades prático-pedagógicas, como brincadeiras, contação de histórias, cortejos, desenhos, produção de brinquedos e conversas. Nessas ações são trabalhadas noções como Direito à Cidade, pertencimento, vínculo com o espaço, preservação do meio ambiente, bem como a aproximação com o projeto. Essas atividades são formas de levar aos pequenos as pautas discutidas nas reuniões com os adultos, adaptando as questões de uma maneira que as torne atrativas aos olhares infantis. Uma das ações foi a leitura participativa do livro infantil “Natal a noiva do sol”, de Clotilde Tavares, sobre a história da cidade de Natal. A ação resultou na produção de desenhos sobre o texto.

Figura 7: Ações prioritárias com crianças e adolescentes.



CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS



Joyce, 9 anos

Bondinho da Natal antiga.
Já viu os antigos trilhos na cidade,
achou legal.



Pérola, 10 anos –

Ponte Newton Navarro. Canto da
cidade que acha mais bonito.



CORTEJO



PLANTIO



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

As atividades com as crianças são feitas continuamente a cada ida do projeto à comunidade. Além das atuações citadas, também são feitas

brincadeiras, desenhos, entre outras, pois entende-se a importância de ir-se aprendendo e formando esses conhecimentos desde cedo.

INSURGÊNCIAS URBANAS

A série de eventos denominada Insurgências Urbanas teve início em 2015 através do Motyrum Urbano e pretende, por meio de mesas redondas e rodas de conversa, trazer à universidade discussões a respeito do Direito à Cidade.

Figura 8: Seminário Insurgências Urbanas.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A primeira edição teve como tema o Direito à Cidade e a busca pela sua efetivação a partir de movimentos da sociedade civil. Em 2016, o Insurgências Urbanas II pautou a discussão sobre a Nova Agenda Urbana, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Urbano Sustentável na perspectiva do Direito à Cidade. No ano de 2017, a terceira edição do evento buscou debater os desafios da gestão democrática das cidades, evidenciando o tema Corrupção Urbanística e o Processo de Revisão do Plano Diretor de Natal. Já o V Insurgências Urbanas, feito em 2019, promoveu um debate sobre as trajetórias e resistências para uma educação popular em direitos humanos no atual contexto sociopolítico do país.

As duas últimas edições do evento se deram de forma virtual. Na edição VI, o evento disponibilizou a sua plataforma para o lançamento da campanha Despejo Zero no Estado do Rio Grande do Norte, inserindo-se como um dos facilitadores da Campanha no RN.

Figura 9: Seminário VI Insurgências Urbanas realizado durante a pandemia.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

A última edição foi realizada em setembro de 2021. O VII Insurgências Urbanas teve como eixo temático a Luta pelo Direito à Moradia em Natal, definindo-se como atividade preparatória para a Missão Natal 2022, no contexto da Campanha Despejo Zero. No formato Roda de Conversa virtual, procedeu-se à escuta de representantes dos grupos e organizações sociais que participaram da Missão da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana - Plataforma DHESCA, atualizando as pautas de luta e construindo caminhos para Missão Natal 2022.

No ano de 2020, a ameaça de remoção assumiu outros contornos que mudou muito a vida da comunidade e a da equipe do projeto de extensão. No contexto da pandemia gerada pelo vírus COVID-19, de forma abrupta, as visitas à Comunidade do Jacó foram suspensas, pois a UFRN limitou as ações presenciais, incluindo as realizadas pelos projetos de extensão, visando evitar a propagação do coronavírus.

A partir desse panorama pandêmico e de forma emergencial, foram procuradas saídas inspiradas nas experiências de Educação a Distância (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020), e seguindo essa tendência mundial, o projeto Motyrum Urbano, de forma remota, buscou se conectar com várias entidades Nacionais e Estaduais, almejando fortalecer a rede de apoio local, visando direito à moradia.

Com isso, no final de 2020, o Motyrum Urbano se inseriu na campanha Despejo Zero. Após uma grande troca de saberes com diversas entidades defensoras do Direito à Cidade, o Projeto contribuiu para a criação de um Grupo de Trabalho Jurídico e outro de Monitoramento da campanha Despejo Zero no RN. Com a atuação nesses Grupos de Trabalho, ampliou-se o conhecimento sobre a realidade dos despejos para além da Comunidade do Jacó, além das estratégias de incidência contra a violação do Direito à Moradia, principalmente durante a pandemia.

Atuando no monitoramento, desenvolveu-se procedimentos para o levantamento de dados sobre despejos e remoções no Estado do RN, junto à defensores públicos, promotores e advogados populares. Esses dados fundamentaram o requerimento ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte com o pedido de suspensão de todos os despejos que estão ocorrendo no Estado enquanto durar a pandemia.

No que tange às atividades desenvolvidas junto à Comunidade do Jacó, foram realizadas reuniões e audiências a respeito do processo judicial pelo qual passam os moradores da comunidade. Durante o período pandêmico, ocorreram atrasos nos pagamentos do aluguel social, no qual o Motyrum Urbano assessorou a comunidade em seus diálogos com os órgãos competentes.

No meio remoto, mais do que nunca, fez-se necessário aprimorar a comunicação do projeto Motyrum Urbano com os moradores da Comunidade do Jacó de forma virtual, ou seja, por meio de aplicativos de mensagem instantânea e sites de videochamada. Essa não foi uma tarefa fácil, tendo em vista as limitações tecnológicas dos moradores no que diz respeito aos equipamentos de informática e ao acesso à internet. Essa barreira informacional fez com que a rede de comunicação com os moradores fosse reduzida. Porém, apesar de todas as dificuldades, os moradores continuaram em contato com o projeto, principalmente através do aplicativo WhatsApp.

Nesse contexto, através da rede de apoio, o Projeto Motyrum colaborou com a distribuição de cestas-básicas e materiais de limpeza, cuja organização foi desenvolvida por entidades parceiras, nas quais o Projeto Motyrum buscou que os moradores da Comunidade do Jacó fossem incluídos.

Figura 10: Distribuição de cestas-básicas na Comunidade do Jacó, 2021.



Fonte: Acervo Projeto Motyrum Urbano.

Os moradores que mantivemos o contato virtual foram providenciais para distribuição dos materiais, e, posteriormente assumiram um papel de liderança para outras distribuições de cestas-básicas, indicando uma efetividade das atividades realizadas anteriormente e durante o período da pandemia da COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo Projeto Motyrum Urbano têm avançado no tempo, considerando o fortalecimento do vínculo de confiança com os moradores da Comunidade do Jacó. Antes do projeto se inserir na comunidade, a rede de solidariedade entre famílias e vizinhos era a forma predominante de vínculo associativo dos moradores. Observando as ações no tempo, percebe-se que os moradores cada vez mais buscam auto organização ao compreenderem seu papel protagonista como sujeito de mudança da sua própria comunidade.

Os moradores, ao se depararem com as questões de conflito fundiário que permeiam a comunidade, e a partir das atividades realizadas pelo Motyrum Urbano, bem como a ampliação da rede de contatos com outras comunidades, começaram a desenvolver maior autonomia e independência na luta pelos seus direitos, reivindicando a permanência no local e a melhoria da qualidade de vida na comunidade.

Atualmente, ainda que de forma remota, em virtude da pandemia, são realizadas atualizações junto aos moradores da Comunidade do Jacó a respeito da ameaça de despejo, bem como sobre os desdobramentos da revisão do Plano Diretor municipal, em especial, o que diz respeito às AEIS. Assim, aos poucos, os moradores vão ampliando a compreensão sobre termos técnicos e a diversidade de interesse presentes nas discussões sobre a cidade, fazendo-os sentir os desdobramentos da formação jurídica e urbanística popular.

Os primeiros passos foram dados. A suspensão da remoção das famílias da Comunidade do Jacó para o Village de Prata pode ser considerada um êxito. Entretanto, é uma pequena parcela vencida em todo um contexto de conflito urbano-fundiário vivenciado pela comunidade e de intensa pressão imobiliária, sobretudo no contexto de revisão do Plano Diretor de Natal. Com a perspectiva de retorno às atividades presenciais, em algum nível, face ao avanço da vacinação no país e no RN, o Projeto Motyrum Urbano espera aprofundar as ações de assessoria jurídica e urbanística popular de forma presencial. Contudo, em qualquer modalidade, é objetivo o fortalecimento da luta por obras de qualificação de segurança, urbanização e regularização fundiária da Comunidade do Jacó, além do enfrentamento às ações de despejos no RN, em diálogo com as lutas nacionais pelo Despejo Zero e pela efetivação do Direito à Moradia adequada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, bairro de Souza Bento et al. As universidades públicas brasileiras no contexto da pandemia: iniciativas e parcerias no enfrentamento da COVID-19. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, p. 1-20, set. 2020

ANDRADE, Rubya Mara; MOROSINI, Marília; LOPES, Daniela. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. **Em Aberto**, v. 32, n. 106, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional**. Rio Grande do Norte, Natal, 2020-2029.

Diniz, Emily Gabriele Marques, et al. “A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19 / University extension front of the social isolation imposed by COVID-19”. *Brazilian Journal of Development*, vol. 6, nº 9, setembro de 2020, p. 72999–3010, <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17434>.

FERNANDES, Edésio. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística**. In: O Estatuto da Cidade: comentado (p. 55-70) / organizadores: Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Roszbach – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p. Disponível em: <http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOUTINHO, Flavio Fernando Batista. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA LUZ NA ESCURIDÃO DA PANDEMIA DE COVID-19. **Revista Intermedius: Revista de Extensão da UNIFIMES**, Mineiros, v. 1, p. 63-72, jun. 2021.

Manifesto de Córdoba de 1918. Disponível em: <https://ufscaesquerda.com/wp-content/uploads/2020/06/Manifesto-Cordoba-Portugues.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MARICATO, Erminia. **Planejamento urbano no Brasil: as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos (p. 121-192). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. – (Coleção Zero à Esquerda). Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9iasfora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9ias.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. **Lei Complementar nº 82, de 21 de junho de 2007**. Disponível em:

https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semurb/legislacao/24_Plano_Diretor.pdf. Acesso em 28 de nov. 2021.

PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DE NATAL. Disponível em: <https://planodiretor.natal.rn.gov.br/paginas/menu/aba3/pagina1.php>. Acesso em 28 de nov. 2021.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

Rubião-Resende, André, e Lourdes-Evangelina Zilberberg-Oviedo. “La ‘universidad participativa’: ¿una alternativa al “Modo 2”?” *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, junho de 2020, p. 105–17. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2020.31.708>.

SILVA, Ellery Henrique Barros da; SILVA NETO, Jerônimo Gregório da; SANTOS, Marilde Chaves dos. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, [S.L.], v. 4, p. 29-44, jun. 2020. Fluxo Contínuo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SILVA, Márcia Regina Farias; MASCARENHAS, Anne Lizabelle Leite Duarte; DUTRA, Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel; SILVA, Carlos Aldemir Farias; DIAS, Nildo da Silva. Reflexões sobre as ações extensionistas e de pesquisa no combate à COVID-19 na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Brazilian Journal Of Health Review**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 3622-3646, 2020. *Brazilian Journal of Health Review*. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n2-191>.